



A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

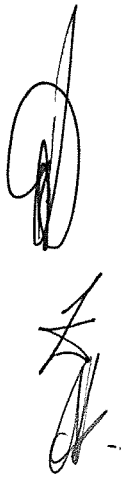
CONTA DE GERÊNCIA

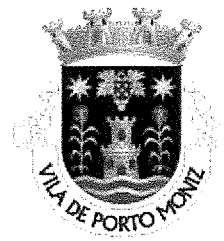


Município de Porto Moniz
2013

Relatório de Gestão

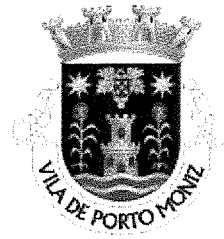
Atividades e Prestação de Contas de 2013





Índice

- Introdução
- Organização Municipal
- Análise da situação económica
- Evolução das Dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros
- Proposta da aplicação do resultado líquido do exercício



INTRODUÇÃO

Dando seguimento à obrigatoriedade legal, a Câmara Municipal de Porto Moniz elaborou e apresenta à apreciação e votação dos seus órgãos autárquicos competentes os documentos respeitantes à Prestação da Conta de Gerência, relativo ao ano económico de 2013, para que sejam posteriormente analisadas pelas instâncias competentes.

A atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Porto Moniz, no ano de 2013, encontra-se sintetizada e descrita pelos documentos de prestação de contas e relatório de Gestão que se apresentam em conjunto e constituem os principais documentos técnicos e políticos.

O ano de 2013 ficou marcado pela mudança do executivo desta autarquia, abrindo um novo ciclo político para o Concelho, neste sentido, perspectiva-se para o futuro, novos desafios nas diversas áreas de intervenção desta autarquia. O executivo, refere que está ciente das dificuldades que irá encontrar, na certeza de que nunca deixará de lutar, pelo bem-estar da nossa população, através do rigor da gestão, cortando no supérfluo e encaminhando verbas e energias para o necessário e indispensável desenvolvimento do nosso Concelho e acima de tudo das suas gentes, garantindo-lhes qualidade de vida no seu dia-a-dia.

No dia oito de fevereiro de 2013, foi dado a conhecer à Assembleia Municipal, o processo de dissolução, liquidação e internalização das actividades do AM – Aquário da Madeira E.M, suportada pelo relatório de auditoria da UHY & Associados, SROC, Lda. Através da aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, onde obriga a dissolução da empresa municipal. Neste sentido, procedeu-se aos meios disponíveis para regularizar esta situação e atualmente encontra-se no processo de concurso interno dos funcionários, só depois deste passo é que poderemos então realizar o processo de liquidação final, que ocorrerá no ano de 2014.



(Handwritten signatures and initials)

Relativamente a contenção orçamental, o município do Porto Moniz está em sintonia com a lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio ao encontro da disciplina das finanças públicas, impondo fortes constrangimentos na gestão de tesouraria e proibindo a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis, determinando a regularização dos pagamentos em atraso e nunca aumentá-los, a racionalização/redução da despesa Municipal, é imperiosa, obrigando a escolhas, cada vez mais fundamentadas (designadamente, através de uma análise e ponderação sistemática da necessidade e utilidade da despesa) das opções a tomar na seleção das várias alternativas suscetíveis de justificarem a afetação dos recursos disponíveis. Neste contexto, temo-nos pautado por tomar medidas de execução prioritárias e de consolidação orçamental com vista a garantir a sustentabilidade das contas num contexto de grande exigência, no controlo da despesa.

Numa análise sumária aos números que são apresentados, continuam visíveis os grandes constrangimentos financeiros em áreas em que normalmente eram privilegiadas por esta Autarquia. Desde o ano de 2010 até 2013 o nosso Município tem vindo a ser penalizado nas transferências vindas do Estado, com a implementação dos Planos de Estabilidade e Crescimento (-154.867€) ocorrido em 2010 e as medidas de contenção preconizadas no Orçamento de Estado em 2011 (-196.801), e 2012 (-224.031), Totalizando até então (685.119€). A partir deste ano de 2013, será debatida na Assembleia da República uma nova proposta de lei para as Finanças Locais, em que os cálculos propostos para equação não são as mais animadoras para o nosso Concelho.

FUNDOS MUNICIPAIS EM 2009			FUNDOS MUNICIPAIS EM 2010			FUNDOS MUNICIPAIS EM 2011			FUNDOS MUNICIPAIS EM 2012			FUNDOS MUNICIPAIS EM 2013			Valores a menos recebidos
OE 2009	Transferido	IRS não transferido	OE 2010	OE 2010	Valores Absolutos	Valor Inicial	Valor Recebido	Valores Absolutos	Valor Inicial	Valor Recebido	Valores Absolutos	Valor Inicial	Valor Recebido	Valores Absolutos	
INICIAL	OE 2009	Valor absoluto	INICIAL	PEC											
[1]	[2]	[3]=[2]-[1]	[4]	[5]	[6]=[5]-[4]	[7]	[8]	[9]=[8]-[7]	[10]	[11]	[12]=[10]-[11]	[12]	[13]	[14]=[12]-[13]	[15]=[3]+[6]+[9]+[12]+[14]
3.896.084	3.868.494	-27.590	4.090.888	3.936.021	-154.867	3.973.027	3.776.226	-196.801	3.776.226	3.552.195	-224.031	3.552.195	3.470.365	-81.830	685.119
3.896.084	3.868.494	-27.590	4.090.888	3.936.021	-154.867	3.973.027	3.776.226	-196.801	3.776.226	3.552.195	-224.031	3.552.195	3.470.365	-81.830	685.119



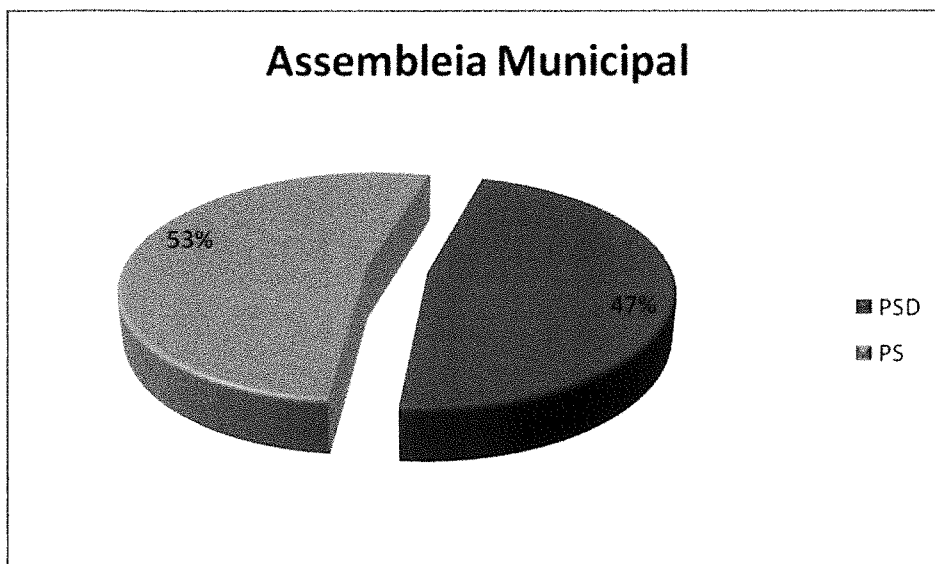
Capítulo I

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A Organização do Município de Porto Moniz caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

A estrutura política assenta-se em dois órgãos: a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza primordialmente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 19 deputados, dos quais 15 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e 4 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia.





Os membros do órgão executivo, com as indicações das competências que lhe são delegadas.

	<p><u>João Emanuel Silva Câmara</u> Presidente - PS</p> <p>✓ <u>As competências Materiais previstas nas alíneas do n.º 1 do art. N.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro</u></p>	
	<p><u>Luís Teixeira</u> Vice-Presidente PS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <u>Equipamento rural e urbano,</u> ✓ <u>Ordenamento do território</u> ✓ <u>Turismo</u> ✓ <u>Ambiente e saneamento básico</u> ✓ <u>Agricultura</u> ✓ <u>Comunicações</u> ✓ <u>Taxas e licenças do seu pelouro</u> 	 <p><u>Nélio Sequeira</u> Vereador PS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <u>Acção social</u> ✓ <u>Educação</u> ✓ <u>Cultura e ciência</u> ✓ <u>Tempos livres e desporto</u> ✓ <u>Saúde</u> ✓ <u>Habituação</u>
	<p><u>Edegar Correia</u> Vereador PSD</p> <p>✓ <u>Sem Pelouro</u></p>	 <p><u>Juan Franca</u> Vereador PSD</p> <p>✓ <u>Sem Pelouro</u></p>

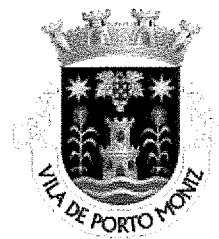


ENQUADRAMENTO LEGAL

Neste relatório de Gestão, pretende-se dar a conhecer, a todos de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município do Porto Moniz no ano de 2013.

Submete-se à aprovação do Órgão Executivo o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Porto Moniz, relativamente ao ano económico de 2013, conforme determina o disposto no n.º 2 da alínea e) do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 47 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, contemplando a análise da situação económica e financeira do município, utilizando para o efeito a informação produzida pelos módulos da contabilidade orçamental (Execução Orçamental da Receita e Despesas) e da contabilidade patrimonial (Balanço e Demonstração de Resultados), submete-se a aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DO PLANO DE ACTIVIDADES E A CONTA DE GERÊNCIA DE 2013, desta autarquia.



Capítulo II

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DO MUNICÍPIO

Para uma melhor sistematização da análise, este capítulo foi subdividido nas seguintes secções:

- 1) *Endividamento*
- 2) *Análise estrutural das receitas e despesas;*
- 3) *Execução do Plano Plurianual de Investimento - PPI*
- 4) *Comparação receita versus despesa e os respetivos valores;*
- 5) *Análise económica da Câmara Municipal do Porto Moniz.*

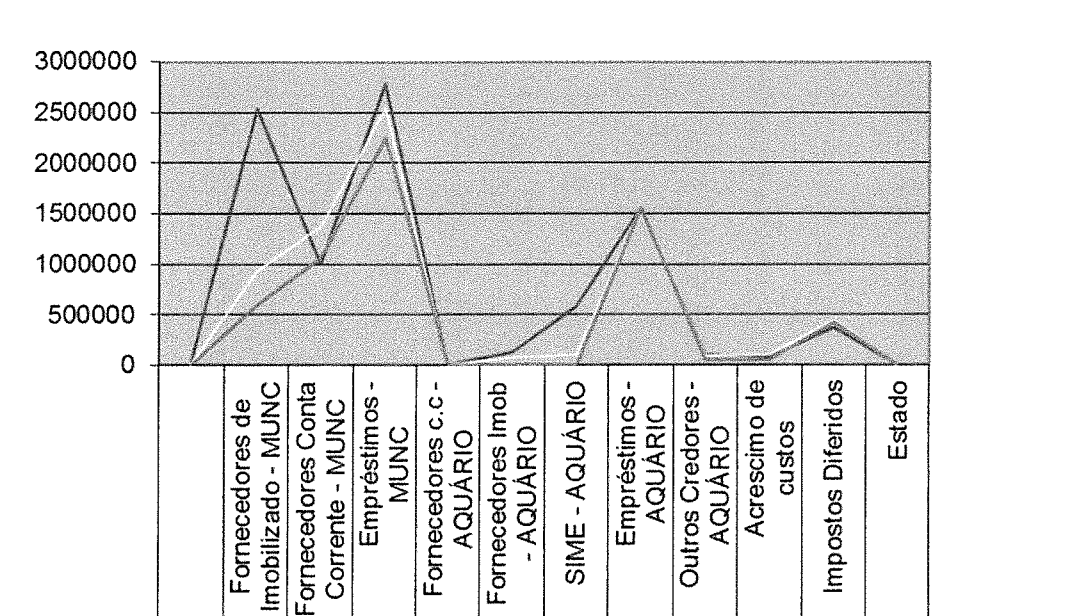


1) - ENDIVIDAMENTO

1.1) EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

Município	2010	2011	2012	2013	Varição
Fornecedores de Imobilizado - MUNC	2.546.099,00	925.537,14	591.407,42	115.053,11	-95,48%
Fornecedores Conta Corrente - MUNC	998.622,10	1.373.447,86	1.059.460,33	643.245,42	-35,59%
Empréstimos - MUNC	2.783.160,46	2.537.138,29	2.240.519,03	3.207.260,78	15,24%
TOTAL	6.327.881,56	4.836.123,29	3.891.386,78	3.965.559,31	-37,33%

Aquário	2010	2011	2012	2013	Varição
Fornecedores c.c - AQUÁRIO	2.760,00	5.104,00	0,00	0,00	-100,00%
Fornecedores Imob - AQUÁRIO	121.757,48	76.370,31	0,00	0,00	-100,00%
SIME - AQUÁRIO	582.601,92	97.100,32	0,00	0,00	-100,00%
Empréstimos - AQUÁRIO	1.553.483,08	1.553.483,08	1.553.483,08	0,00	-100,00%
Outros Credores - AQUÁRIO	99.609,10	89.337,85	59.882,23	0,00	-100,00%
Acrescimo de custos	80.981,06	103.224,51	50.036,68	0,00	-100,00%
Impostos Diferidos	368.406,04	447.733,51	428.301,71	0,00	-100,00%
Estado	2.928,70	5.762,36	3.348,95	0,00	-100,00%
TOTAL	2.812.527,38	2.378.115,94	2.095.052,65	0,00	-100,00%
TOTAL	9.140.408,94	7.214.239,23	5.986.439,43	3.965.559,31	-56,62%





1.2) Evolução do Endividamento

Neste quadriénio o Município do Porto Moniz pautou-se pela presença de uma preocupação contínua de rigor do seu endividamento, tanto do município como também da empresa AM – Aquário da Madeira EM.

Numa análise direta da Câmara Municipal do Porto Moniz, desde o início do ano de 2010 até 2013, sem a incorporação do endividamento da Empresa Municipal, a autarquia encontrar-se-ia, neste momento numa situação de Margem positiva, tanto a nível da dívida de fornecedores como dos seus empréstimos de médio e longo prazos.

Numa análise global (Câmara Municipal e AM – Aquário da Madeira EM) desde o ano de 2010 até 2013, poderemos observar através dos dados do quadro acima indicados, que o ano de 2013 em análise encerrou com um resultado muito favorável, proporcionando uma autossustentabilidade financeira para este município. A dívida global no final de 2013 ronda os 4 milhões de euros, o que se traduziu numa redução aproximada de 5 milhões de euros desde o ano de 2010 até 2013; a nível percentual representa uma redução de 56,62% no total da dívida.

Poderemos afirmar que a dívida global do Município do Porto Moniz é relevante ao nível da generalidade dos municípios Portugueses, sobretudo se atendermos à conjuntura económico - financeira do País, a qual teve impactos significativos nas transferências do Orçamento de Estado para as autarquias. Tal como já foi referido, durante os anos de 2009 a 2013 foram transferidos menos € 685.119 (seiscentos e oitenta e cinco mil cento e dezanove euros) dos que inicialmente previstos, o que constitui um profundo revés no equilíbrio das contas do município, visto estas transferências representarem o seu grande suporte financeiro.

O ano de 2013 foi, sem sombra de dúvidas, aquele em que houve um maior rigor na contenção financeira, apesar desse esforço não se traduzir na performance contabilística do município, na medida em que aconteceu o pagamento de juros, restante pagamento da obra



“Serra de Água Penedo” e a conclusão das obras efectuadas em levadas e veredas no Concelho.

1.3) CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Nos termos do art. 36 da Lei das Finanças Locais, o endividamento líquido Municipal traduz-se na diferença entre o passivo (empréstimos contraídos, locação financeira e dividas à fornecedores) e ativo (caixa, depósitos bancários e créditos sobre terceiros). Por força ainda do art. 37, da mesma lei este endividamento líquido não pode ultrapassar 125% das receitas do ano anterior provenientes dos impostos municipais. Assim, perante os cálculos efetuados pela Câmara e pela informação a enviar à DGAL, refletindo as contas da empresa municipal “AM Aquário da Madeira EM”, temos em 2013 os seguintes valores:



[Handwritten signatures and initials]

1.4) EDIVIDAMENTO LÍQUIDO

RECEITAS E RESULTADOS DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2009				
(€)				
RECEITAS MUNICIPAIS	Recursos próprios brutos (A)	Transferências restituídas (B)	Recursos próprios líquidos (D) = (A) - (C)	Classificação
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	231.630,28	8.678,40	222.951,88	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	154.525,82	8.165,97	146.360,16	* Valores anuais, os quais devem
Imposto Único de Circulação (IUC)**	35.726,57	190,71	35.536,86	corresponder aos
Contribuição Autárquica	41.377,89	322,02	41.055,87	Inscritos no formulário
Imposto Municipal de Sisa	0,00	0,00	0,00	'Recargas Municipais',
DERRAMA*			0,00	relativo a 2008.
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	231.630,28	8.678,40	222.951,88	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-	-	(B)
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2009)	-	-	3.470.365,00	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	3.693.316,88	(D) = (A) + (B) + (C)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	369.331,69	(E) = 10% * (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	3.693.316,88	(F) = 100% * (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	4.616.646,10	(G) = 125% * (D)

2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
(€)				
CONTAS	Saldo de abertura inicial triestral	Saldo credor final do triestral	Outras contas	
1 DISPONIBILIDADES	1.055.710,80			
11 Caixa	1.726,46			
12 Depósitos em instituições financeiras	1.053.984,34			
13 e 14 (...)				
15 Títulos negociáveis				
16 Outras aplicações de tesouraria				
2 TERCEIROS	256.775,46	878.655,26		
21 Clientes, contribuintes e utentes	115.683,62	155,59		
211 Clientes, c/c	26.815,99			
212 Contribuintes, c/c	5.537,90			
213 Utentes, c/c	83.229,63			
214 a 218 (...)				
217 Clientes e utentes c/ cações		155,59		
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
22 Fornecedores	0,00	645.391,88		
221 Fornecedores, c/c		645.391,88		
222 a 227 (...)				
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência				
229 Adiantamentos a fornecedores				
23 Empréstimos obtidos		0,00		
231 Em moeda nacional				
2311 De curto prazo		0,00		
23111 Empréstimos bancários				
23112 a 23119 (...)				
2312 De médio e longo prazo		3.207.260,78		
23121 Empréstimos bancários		3.207.260,78		
23123 Outros empréstimos obtidos				
24 Estado e outros entes públicos	129.933,18			
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		
251 Devedores pela execução do orçamento		0,00		
252 Credores pela execução do orçamento		0,00		
26 Outras devedores e credores	0,00	115.053,11		
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	86.974,92		
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		86.974,92		
2612 a 2617 (...)				
2618 Facturas em recepção e conferência				
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
262 Passal		1.333,02		
263 Sindicatos		106,50		
264 Administração autárquica	0,00	0,00		
2641 Associações de municípios				
2642 Municípios				
2643 Serviços municipalizados				
2644 Federações de municípios				
2645 Associações de freguesias				
2646 Freguesias				
2647 Empresas municipais e intermunicipais				
2648 a 2649 (...)				
265 e 266 (...)				
267 Consultores, assessores e intermediários	0,00	26.839,67		
268 Devedores e credores diversos				
269 Adiantamentos por conta de vendas				
27 Acréscimos e diferimentos	11.258,76	117.954,68		
271 Acréscimos de proveitos	11.258,76			
272 Custos diferidos				
273 Acréscimos de custos		117.954,68		
274 Proveitos diferidos		0,00		
2741 a 2744 (...)				
2745 Subsídios para investimentos*				
2748 Diferenças de câmbio favoráveis				
2749 Outros proveitos diferidos*				
28 Empréstimos concedidos				
4 IMOBILIZAÇÕES	2.634.754,42			
41 Investimentos financeiros	2.634.754,42			
411 Partes de capital	2.634.754,42			
412 Obrigações e títulos de participação				
413 (...)				
415 Outras aplicações financeiras				
TOTAL	3.947.240,68	878.655,26		
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQ	3.947.240,68	4.984.371,30		(A)

* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.



3. ARURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO TRIMESTRE		
(C)		
Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	3.207.260,78	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	1.017.130,62	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	0,00	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	0,00	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	0,00	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	3.207.260,78	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.017.130,62	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	369.331,69	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.693.316,88	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	4.616.646,10	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	369.331,69
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	486.056,10
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	3.599.515,48

Pelos valores apresentados, verifica-se que o município detém margem nos três itens no cálculo do endividamento líquido reportados em 31 de dezembro de 2013, apresentando um superavit / excelente no seu resultado final

2) - ANÁLISE ESTRUTURAL DA RECEITA E DA DESPESA

Este capítulo visa decompor a Receita e Despesa municipal nas principais rubricas, por forma a que se tornem perceptíveis a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, e, simultaneamente, observar o modo como alguns “sub-conjuntos” da despesa municipal são cobertos ou absorvem determinados “sub-conjuntos” da receita.

Poderemos também proceder a uma análise mais detalhada, às Grandes Opções do Plano e o Orçamento inscrito nos documentos suportes definidos no exercício de 2013.



Permite, ainda, fazer uma abordagem às principais estratégias para o desenvolvimento do Concelho, identificando todos os projetos prioritários, conjuntamente com a mobilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros necessários a sua execução.

No que concerne à contabilidade orçamental, esta prestação de contas será realizada ao nível das suas previsões, como na sua execução.

2.1) RECEITA

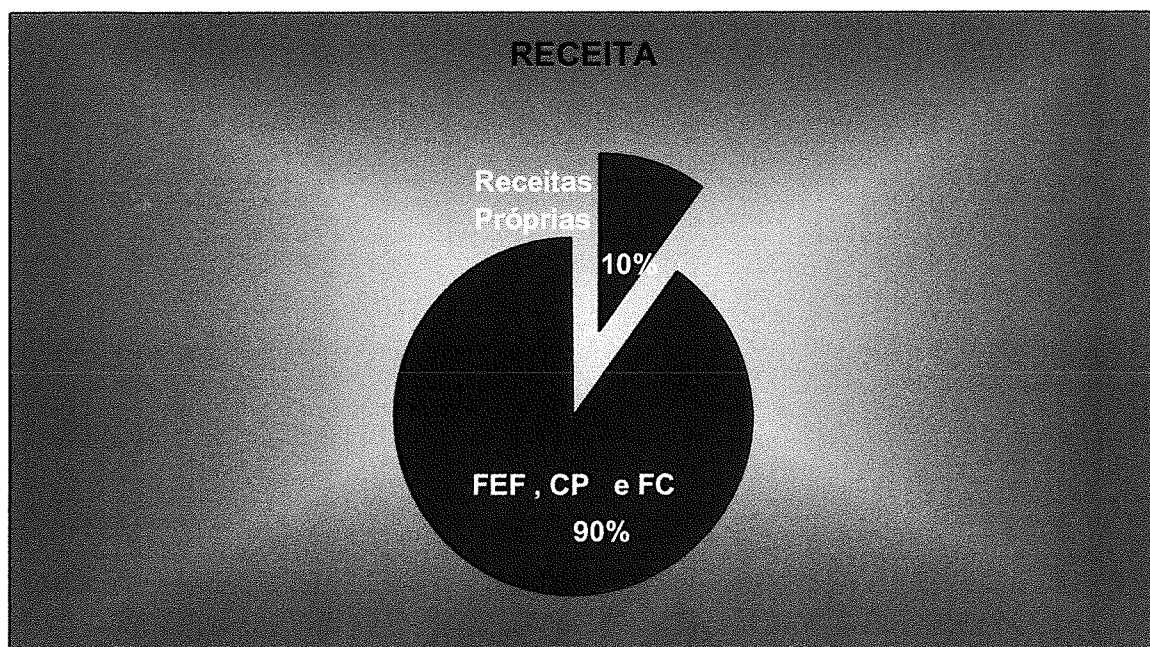
Da análise do contributo em termos absolutos e relativos, de cada uma das componentes da receita, podemos tirar as seguintes conclusões:

FUNDOS COMUNITÁRIOS	169.841,32
INSTITUTO SEG. SOCIAL	<u>12.828,58</u>
	182.669,90
CONTRATO PROGRAMA	<u>959.556,47</u>
FUNDO EQUILÍBRIO CORRENTE	2.776.292,00
FUNDO EQUILÍBRIO CAPITAL	694.073,00
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	50.898,00
PARTICIPAÇÃO FIXA EM IRS	<u>30.932,00</u>
	3.552.195,00
CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA	0,00
IMPOSTO MUNICIPAL TRANSMIÇÕES	35.726,57
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	41.377,89
IMPOSTO MUNICIPAL DOS IMOVEIS	<u>154.525,82</u>
	231.630,28
OUTROS IMPOSTOS	527.615,16
TOTAL	5.453.615,16



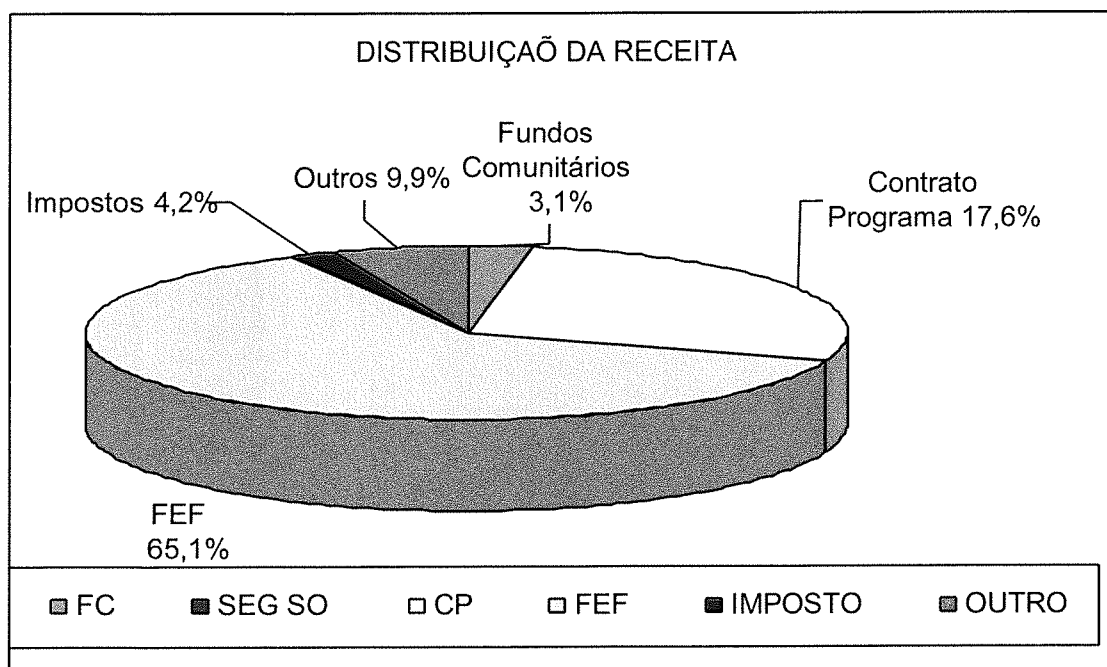
Relativamente à análise do quadro em cima transcrito, podemos observar os valores absolutos e o peso da importância que os fundos provenientes do Estado têm para este Concelho, onde podemos retirar as seguintes ilações:

a)– Das receitas totais, se extrairmos as receitas municipais (Impostos Diretos, taxas e outras penalidades) no valor de 527.615,16€ (Quinhentos e vinte e sete mil seiscientos e quinze euros e dezasseis cêntimos), verifica-se que as receitas provenientes do Estado e da União Europeia (FEF, Contrato Programa e Fundos Comunitários) situa-se nos 4.926.000€ (Quatro milhões novecentos e vinte e seis mil euros), o que representa em termos percentuais, 90% do total das receitas entradas no município.





2.1.1) DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO



– Desagregando a receita pelas suas diversas origens, podemos, também concluir que, as receitas provenientes dos Contratos-Programa celebrados entre esta Autarquia e o Governo da Região Autónoma da Madeira representam um grande contributo para este Concelho, constituindo **17,60%** do total das receitas do ano, neste sentido o Governo Regional no ano de 2013, transferiu para a autarquia todo o montante em dívida no valor de 959.556,47 (novecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos), ficando assim saldada a conta de contrato programa entre a autarquia e o governo regional.

Em 2013 a receita total arrecadada pela Câmara Municipal de Porto Moniz foi de 5.453.615,16,€ (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil seiscentos e quinze euros e dezasseis cêntimos), representando uma aumento de 21% comparativamente ao ano de 2012. É de registar que, decompondo os montantes arrecadados neste exercício,



constata-se que a receita corrente foi de 3.630.144,37€ (três milhões, seiscentos e trinta mil, cento e quarenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos) (66%) e a de Capital no valor de € 1.823.470,79 (um milhão oitocentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta euros e setenta e nove cêntimos) (34%).

EVOLUÇÃO DA RECEITA

	2010	2011	2012	2013
RECEITA CORRENTE				
Impostos Directos	125.919,86	137.728,98	167.789,31	231.630,28
Impostos Indirectos	12.161,43	8.759,99	15.807,02	7.522,81
Taxas, coimas e penalidades	40.056,28	39.233,48	27.630,24	25.984,09
Rendimento de Propriedade	1.147,60	3.263,57	1.681,58	1.873,72
Transferências Correntes				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.342.029,96	2.231.493,00	2.082.219,00	2.776.292,00
Fundo Social Municipal	56.481,00	53.609,00	55.139,00	50.898,00
IRS	23.969,00	28.133,00	33.509,00	30.932,00
Outros	20.490,98	24.086,01	37.523,96	3.179,29
Venda de Bens	119.635,06	113.300,72	95.497,87	80.692,50
Venda de Serviços	173.722,64	219.840,72	316.163,46	327.176,07
Renda e Aluguer	29.041,82	12.245,39	39.683,00	24.871,38
Outras Receitas Correntes	150,00	8.089,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.071.007,64	2.879.782,86	2.872.643,44	3.630.144,37
RECEITAS DE CAPITAL				
Transferências de Capital (FEF)	1.541.335,00	1.462.991,00	1.388.146,00	694.073,00
Contrato Programa	1.775.957,63	735.333,97	30.965,87	959.556,47
Contratos Programa Activos Financeiros (FC)	173.182,63	428.141,39	203.120,27	169.841,32
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	3.490.495,26	2.626.466,36	1.622.232,14	1.823.470,79
TOTAL DA RECEITA	6.435.300,00	5.506.249,22	4.494.875,58	5.453.615,16



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Analisando em termos absolutos e relativos o peso de cada uma das rubricas da Receita, podemos tirar as seguintes conclusões:

	2013	%
<i>Receita Corrente</i>	3.630.144,37	66,56%
<i>Receita de Capital</i>	1.823.470,79	33,44%
TOTAL	5.453.615,16	100,00%

A Receita Corrente representa 66,56% da Receita total, enquanto na receita de capital é de 33,44%. Escalonada da seguinte forma:

RECEITA CORRENTE	EUROS	%
Impostos Directos	233.261,05	6,43%
Impostos Indirectos	7.522,81	0,21%
Taxas, coimas e penalidades	25.984,09	0,72%
Rendimento de Propriedade	41.506,60	1,14%
<i>Transferências Correntes</i>		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.776.292,00	76,48%
Fundo Social Municipal	50.898,00	1,40%
IRS	30.932,00	0,85%
Outros	31.007,87	0,85%
Venda de Bens	80.692,50	2,22%
Venda de Serviços	327.176,07	9,01%
Renda e Aluguer	24.871,30	0,69%
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.630.144,37	100,00%

Relativamente a receita de capital esta da seguinte forma escalonada:

RECEITAS DE CAPITAL	EUROS	%
Transferências de Capital (FEF)	694.073,00	38,06%
Contrato Programa	959.556,47	52,62%
Contratos Programa Activos Financeiros (FC)	169.841,32	9,31%
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	1.823.470,79	100,00%



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

	Inicial	Cobrada	Execução
Receita Corrente	3.553.380,00	3.630.144,37	102,16%
Receita de Capital	2.197.120,00	1.823.470,79	82,99%
TOTAL	5.750.500,00	5.453.615,16	94,84%

Em termos gerais temos um grau de execução de 94,84% do total da receita inicialmente prevista com a receita totalmente cobrada.

2.1.2) EVOLUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO FACE À RECEITA

MUNICÍPIO											
2010			2011			2012			2013		
Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita	Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita	Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita	Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita
5.443.077	6.327.881	116,26%	5.443.077	4.836.123	88,85%	4.494.875	3.891.386	86,57%	5.453.615	3.965.559	72,71%
MUNICÍPIO + AQUÁRIO											
2010			2011			2012					
Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita	Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita	Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita			
5.654.066	9.140.408	161,66%	5.902.317	7.215.239	122,24%	4.702.255	5.986.439	127,31%			

Para melhor compreender a expressão da dívida da Câmara Municipal do Porto Moniz, importa proceder à análise do peso da mesma face à receita arrecada, pois tal, permite estimar melhor o esforço que a autarquia terá de realizar para a saldar.

Numa análise genérica, constata-se que o esforço que o município tem vindo a realizar no pagamento da dívida desde 2010, e têm no ano de 2013 os resultados mais significativos, passando o peso da dívida de 161,66% para em 2013 de 72,71%, o que resulta de uma diminuição de 55% da receita cobrada.



[Handwritten signatures and initials]

Regista-se, no entanto, que em 2010 essa dívida representava 161,66% do total das receitas cobradas, ou seja o dobro daquilo que a autarquia arrecadou, o que constituía uma situação de desequilíbrio com contornos estruturais, só possível de ultrapassar face às estratégias de consolidação financeira implementadas com excelentes resultados.

2.2 - DESPESA

Analisando em termos absolutos e relativos o peso de cada uma das rúbricas da despesa, podemos tirar as seguintes conclusões:

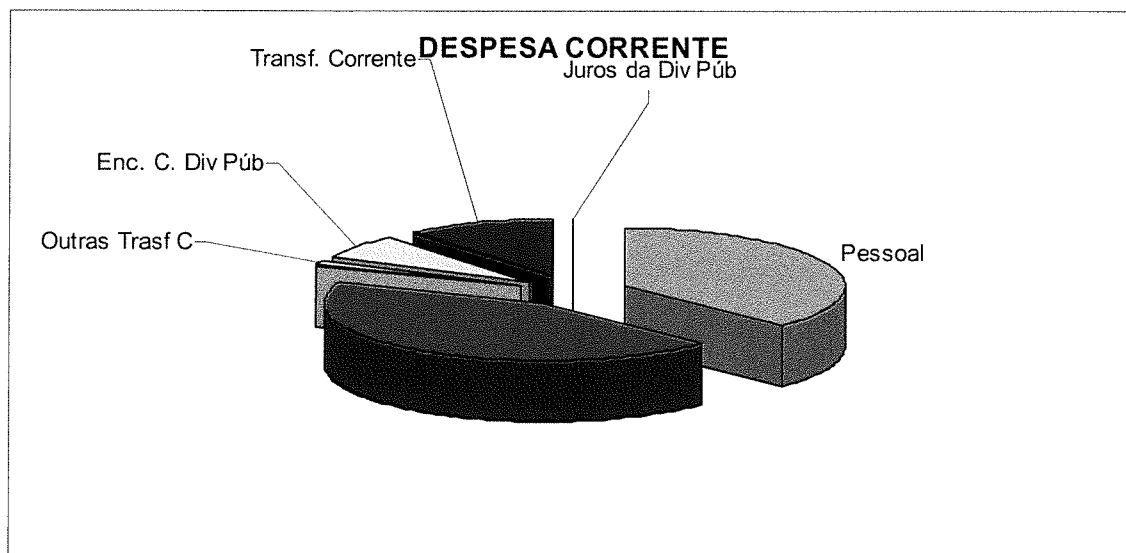
DESPESA TOTAL		
Despesa Corrente	3.203.504,29	62,84%
Despesa Capital	1.894.693,84	37,16%
	<hr/>	
	5.098.198,13	100%

As DESPESAS CORRENTES representam 62,84% do Total da Despesa, sendo escalonadas da seguinte maneira:

DESPESA CORRENTE		
Pessoal	1.164.688,46	36,36%
Aquisição de serviços	1.252.240,83	39,09%
Juros da Dívida Pública	112.169,24	3,50%
Encargos Correntes da Dívida Pública	378.086,88	11,80%
Transferências correntes	289.825,95	9,05%
Outras transferências correntes	6.492,93	0,20%
	3.203.504,29	100%



Handwritten signatures and initials.



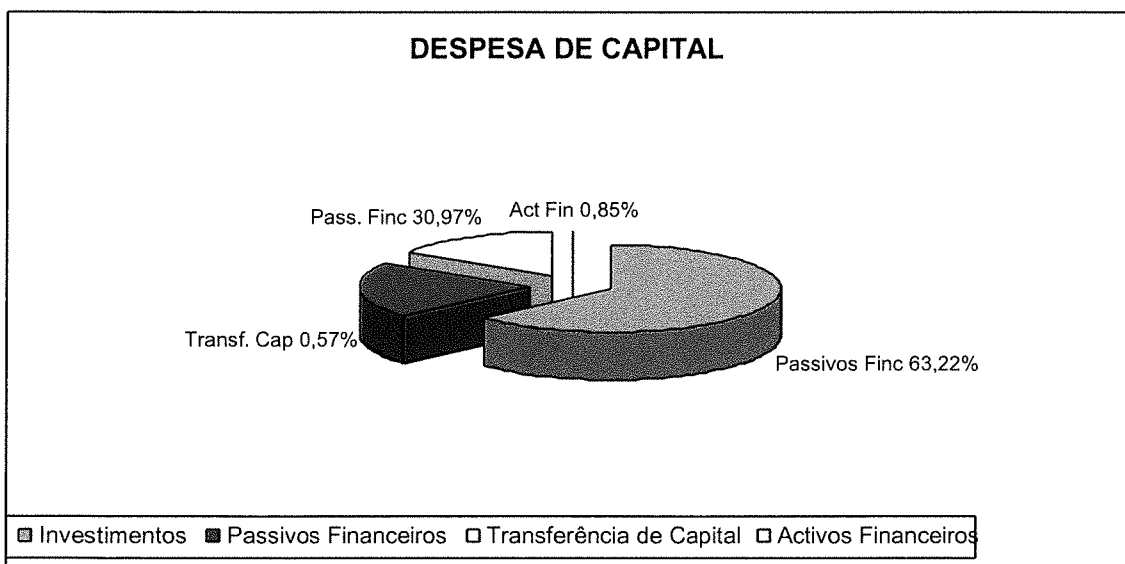
As Despesas de Capital representam 37,16% do total da Despesa, sendo quase integralmente constituídas por Investimentos.

DESPESA CAPITAL

Investimentos	1.281.182,76	67,62%
Passivos Financeiros	586.741,33	30,97%
Transferência de Capital	10.717,75	0,57%
Activos Financeiros	16.052	0,84%
	1.894.693,84	100%



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

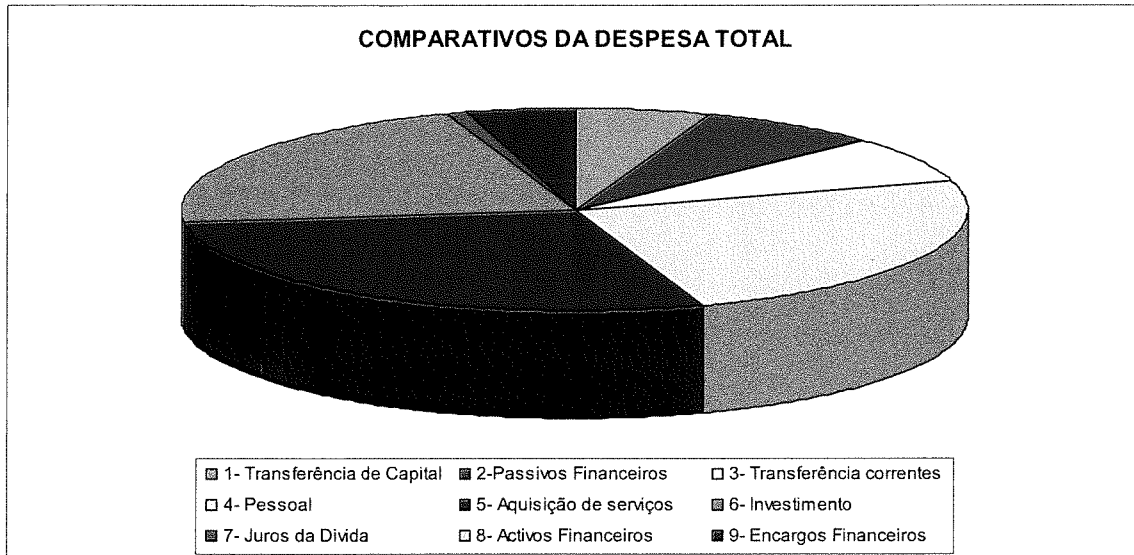


As despesas **Correntes e de Capital**, estão designadas com o seguinte grau de importância com a despesa Total, serão seguidamente analisadas nas suas diversas componentes:

Comparativos com a Despesa Total		
1- Transferência de Capital	10.717,75	0,21%
2-Passivos Financeiros	586.741,33	11,51%
3- Transferência correntes	296.318,88	5,81%
4- Pessoal	1.164.688,46	22,85%
5- Aquisição de serviços	1.252.240,83	24,56%
6- Investimento	1.281.182,76	25,13%
7- Juros da Dívida	112.169,24	2,20%
8- Activos Financeiros	16.052,00	0,31%
9- Encargos Financeiros	378.086,88	7,42%
TOTAL (1+2+3+4+5+6+7+8+9)	5.098.198,13	100,00%



Handwritten signatures and initials.



3- EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O desenvolvimento da atividade do Município do Porto Moniz em 2013 continuou a ser condicionado pelas medidas de restrição orçamentais constantes pelos Programas, através dos vários Orçamentos de Estado desde 2010 até este ano. Apesar das limitações atrás referidas, o município apresentou um programa de investimentos cujo valor anual de previsão foi de 1.889.730€ (Um milhão oitocentos e oitenta e nove mil setecentos e trinta euros), tendo apresentado um nível de execução financeira do plano de investimento no montante de 1.307.952,51€ (Um milhão trezentos e sete mil novecentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos) o que corresponde a um grau de execução financeira anual de 63,45%. Este facto advém do seguinte:

1 – A estratégia de se colocar no Orçamento as obras apresentadas à população no manifesto eleitoral, de forma a não condicionar as oportunidades de execução que possam surgir;



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

3- A redução nas transferências das verbas do FEF e retenção das transferências do IRS para o município no valor global de € 685.119 (Seiscentos e oitenta e cinco mil cento e dezanove euros).

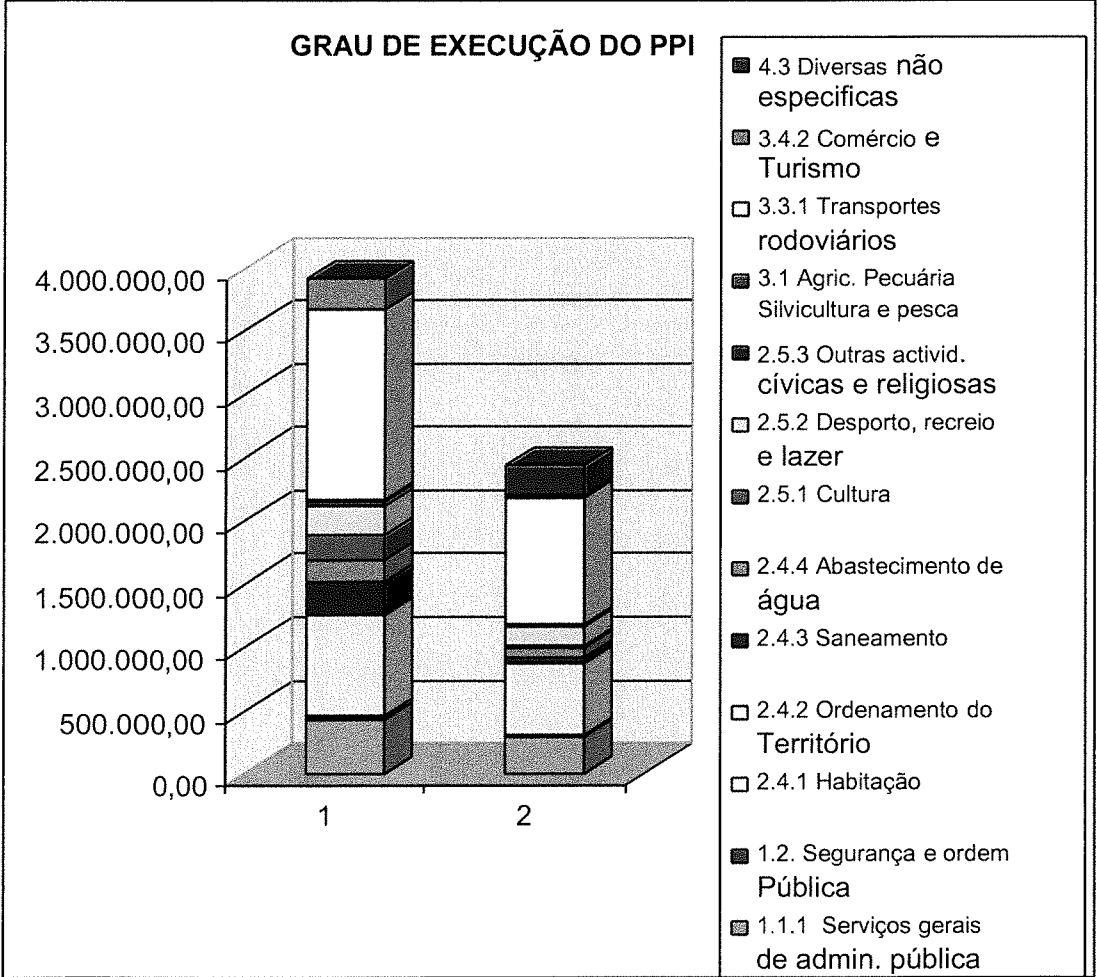
4- A obrigatoriedade do município inscrever os montantes relativos às obras que, pese embora já concluídas, ainda se encontram por saldar e ainda temos inscritas algumas das obras mais relevantes no ano de 2013, como a Inscrição de parte do custo da construção do Caminho Penedo Serra D'Água, Manutenção e reparação do Teleférico das Achadas da Cruz, construção de levadas e veredas, e algumas obras pendentes das instâncias judiciais.

3.1 GRAU DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Código	ÁREAS DE OBJECTO	Orçamento	Corrigido	Pagamento	Execução
1.1.1	Serviços gerais de admin. pública	165.480,00	173.580,00	72.840,02	3,53%
1.2.	Segurança e ordem Pública	100,00	100,00	0,00	0,00%
2.4.1	Habitação	23.000,00	23.000,00	5.717,75	0,28%
2.4.2	Ordenamento do Território	516.900,00	516.900,00	502.552,07	24,38%
2.4.3	Saneamento	15.250,00	7.150,00	7.150,00	0,35%
2.4.4	Abastecimento de água	129.650,00	129.650,00	5.801,32	0,28%
2.5.1	Cultura	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	54.000,00	27.100,00	20.510,00	1,00%
2.5.3	Outras activid. cívicas e religiosas	5.500,00	5.500,00	5.000,00	0,24%
3.1	Agric. Pecuária Silvicultura e pesca	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00%
3.3.1	Transportes rodoviários	661.450,00	843.350,00	483.575,49	23,46%
3.4.2	Comércio e Turismo	225.000,00	225.000,00	188.753,86	9,16%
4.3	Diversas não especificas	200,00	16.700,00	16.052,00	0,78%
		1.889.730,00	2.061.230,00	1.307.952,51	63,45%



Handwritten signatures and initials.





Handwritten signatures and initials.

4 - COMPARAÇÃO RECEITA VERSUS DESPESA E OS RESPECTIVOS VALORES

DESPESAS CORRENTES

01 - Pessoal	1.164.688,46	22,92%
02 - Bens Duradouros	85.085,00	1,67%
03 - Bens Não Duradouros	293.008,07	5,77%
04 - Aquisição de Serviços	1.252.240,83	24,64%
05 - Transferências Correntes	296.312,69	5,83%
06 - Encargos Financeiros	112.163,05	2,20%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	3.203.504,29	62,84%

DESPESAS DE CAPITAL

09 - Investimentos	1.281.182,76	25,21%
10 - Passivos Financeiros	586.741,33	11,55%
11 - Outras despesas	0	0,00%
12- Transferências de Capital	10.717,75	0,21%
13- Activos Financeiros	16.052,00	0,31%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	1.894.693,84	37,16%
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	5.098.198,13	100,00%

comparativos com a despesa total

Pessoal	1.164.688,46	48,19%
Aquisição de serviços	1.252.240,83	51,81%
	2.416.929,29	100,00%
Despesa de funcionamento	2.416.929,29	47,41%
Despesa Total	5.098.198,13	
Pessoal	1.164.688,46	22,85%
Despesa Total	5.098.198,13	
Pessoal	1.164.688,46	36,36%
Despesas Correntes	3.203.504,29	
Aquisição Bens e Serviços	1.252.240,83	39,09%
Despesas Correntes	3.203.504,29	
Dêspesas com o Pessoal	1.164.688,46	15.529,18€
N.º de Efectivos	75	



EXPRESÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS SOBRE O MUNICÍPIO

INVESTIMENTOS 15.449 EUROS POR KM2
ÁREA MUNICÍPIO

INVESTIMENTO 472,59 Euros por habitante
POP. RESIDENTE

População Residente = 2.711 Habitantes

Área do Município = 82,6 Km2

Censos 2011

RÁCIOS - RECEITAS/DESPEZA %

FUNDO EQUILIBRIO MUNICIPAL 70,00%
DESPESA TOTAL

FUNDO EQUILIBRIO MUNICIPAL CORRENTE 89,00%
DESPESA CORRENTE

OUTROS IMPOSTOS 6,00%
DESPESA TOTAL

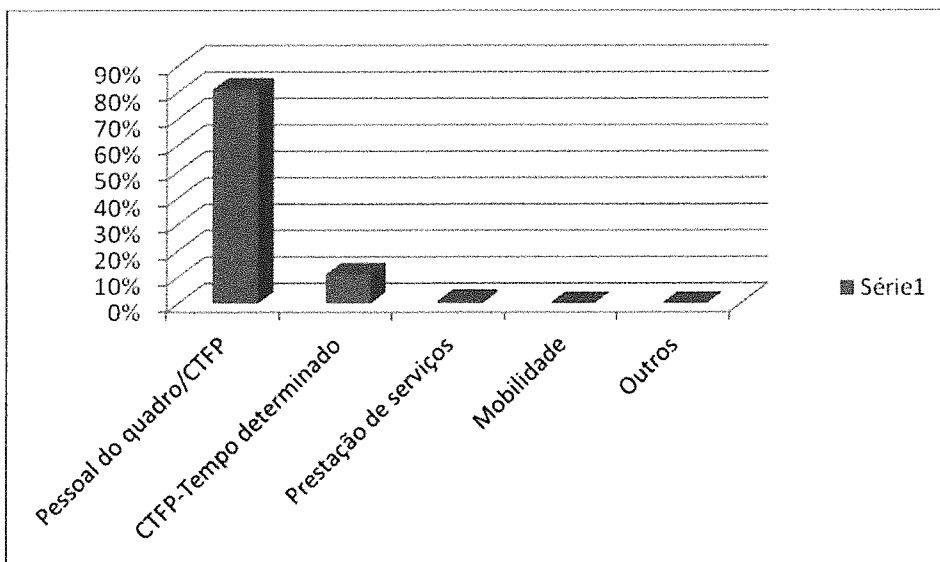


Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

4.1 –Pessoal

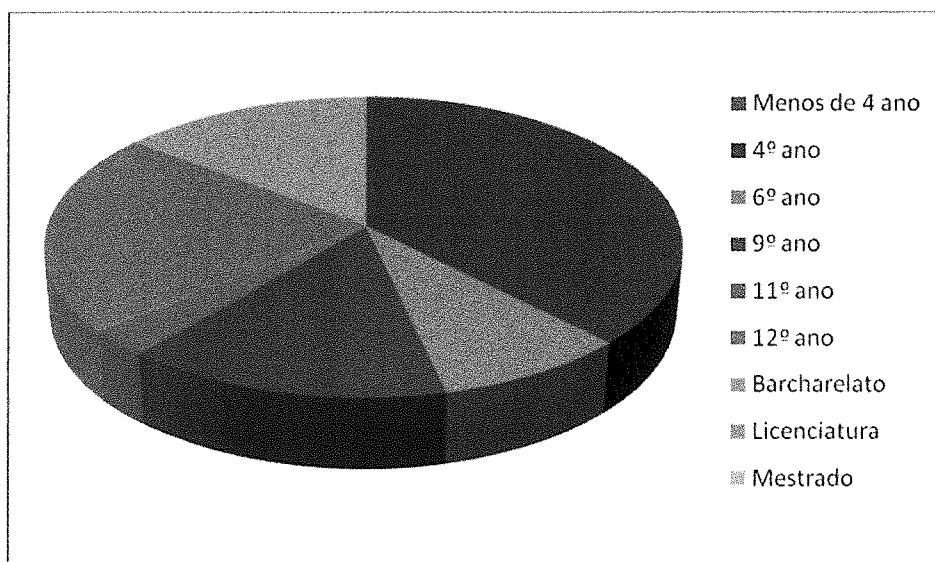
Apesar das medidas impostas pelo Governo Central, através dos sucessivos Orçamentos de Estado, a autarquia tem assegurado o investimento adequado nos Recursos Humanos, dentro dos parâmetros impostos pela lei das Autarquias Locais e dos sucessivos Orçamentos de Estado, registando-se, no entanto, a redução do número de trabalhadores em duas unidades, comparativamente ao ano anterior. Em 31 de Dezembro de 2013 o número total de efectivos deste município situava-se nos 70 funcionários, dos quais 19 são do sexo Feminino e os restantes 51 masculinos.

Quadro de Pessoal	2011	2012	2013
Pessoal do quadro/CTFP	73	71	70
CTFP - Tempo Certo	5	5	4
Prestações de serviço	1	1	1
Outras situações	7	6	7





Habilitações Literárias	2012	2013
Menos de 4 ano	0	0
4º ano	32	32
6º ano	6	8
9º ano	5	8
11º ano	2	2
12º ano	15	14
Barcharelato	0	0
Licenciatura	5	6
Mestrado	0	0



A nível de habilitações literárias, 65% dos trabalhadores detêm habilitações igual ou inferior ao 11º ano, 21% dos trabalhadores tem o 12º ano, sendo que 14% dos trabalhadores detém curso médio superior.



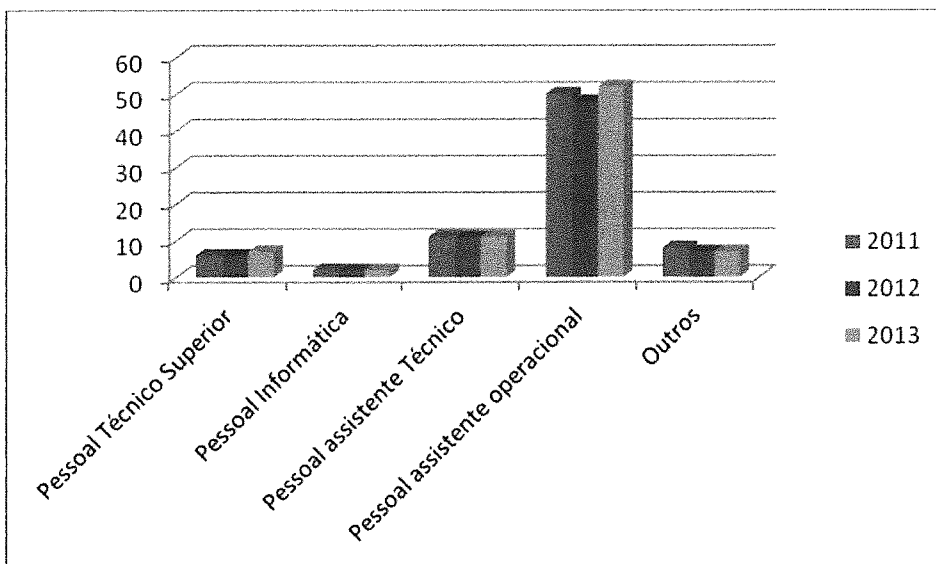
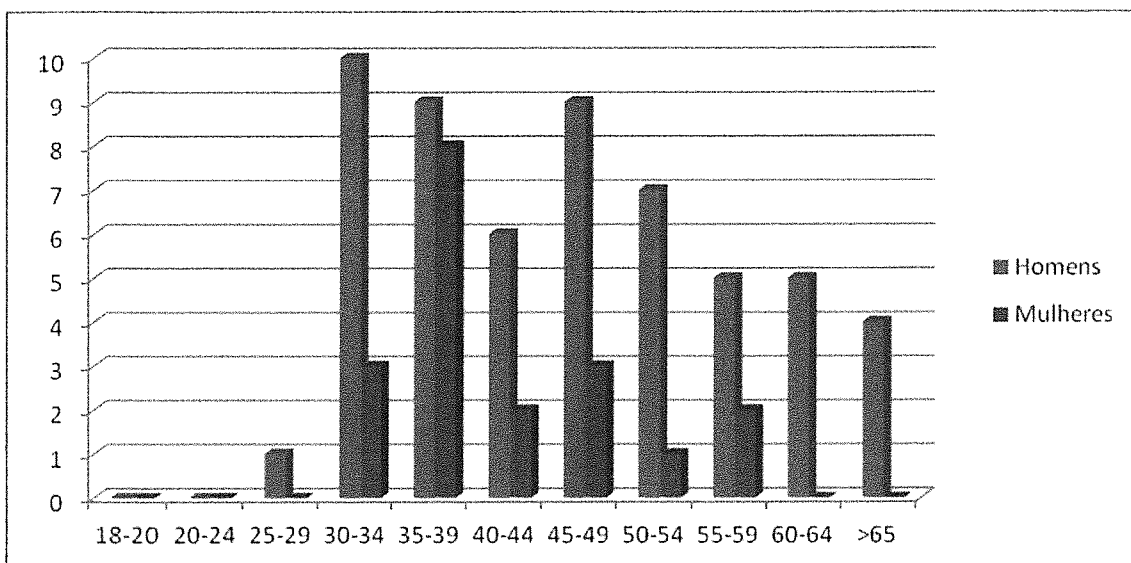
[Handwritten signatures and initials]

4.1.1 Estrutura Profissional

A estrutura profissional do Município é constituída predominantemente pelos seguintes grupos profissionais: assistente operacional com 65,82%, assistente técnico 13,92% e técnico superior com 8,86%

	2011	2012	2013
Pessoal Técnico Superior	6	6	7
Pessoal Informática	2	2	2
Pessoal assistente Técnico	11	11	11
Pessoal assistente operacional	50	48	52
Outros	8	7	7

Dirigente - Intermédio	H	2
	M	0
Técnico Superior	H	3
	M	2
Assistente Técnico	H	7
	M	4
Assistente Operacional	H	40
	M	12
Informática	H	1
	M	1
Outros	H	0
	M	0
		70



É de destacar a pouca expressão do peso do pessoal assistente técnico, no global dos trabalhadores que se encontram ao serviço do município, demonstrando a estratégia de desburocratização da administração pública e a implementação de processos de agilização dos procedimentos administrativos que se vêm implementando nesta autarquia. Ao nível da gestão dos recursos humanos é, ainda, de salientar a implementação de estratégias



facilitadoras do desempenho profissional dos trabalhadores da autarquia, reflectidos em três áreas fundamentais:

Melhoria das condições de trabalho a todos os funcionários, nomeadamente ao nível da frequência de acções de formação em variadas áreas, mormente através de uma cooperação muito positiva com a AMRAM e outras entidades públicas.

Novo método de trabalho obtido através do software adquirido em 2010, para os departamentos: financeiro, de aprovisionamento e de águas deste município, que permitiu agilizar o seu funcionamento, assim como produzir dados mais fidedignos, reduzindo-se os custos inerentes a estas operações e aumentando o grau de qualidade que é desejada neste tipo de operações.

Incutir nos funcionários desta autarquia o gosto e a responsabilidade que cada um tem em transmitir uma boa imagem do bom funcionamento desta entidade, para que os munícipes adquiram um elevado grau de satisfação na resolução dos seus problemas.

DEZEMBRO 2013

DESPESAS COM PESSOAL

(montantes acumulados no final do trimestre)

(€)

	Final trimestre ano anterior (1)	Final trimestre ano corrente (2)	Comparação (3)-(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	1.066.588,65	1.164.688,46	98.099,81
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	9.531,60	6.978,40	-2.553,20
TOTAL	1.076.120,25	1.171.666,86	95.546,61
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			95.546,61
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			



5 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

5.1 - COMPONENTE FINANCEIRA

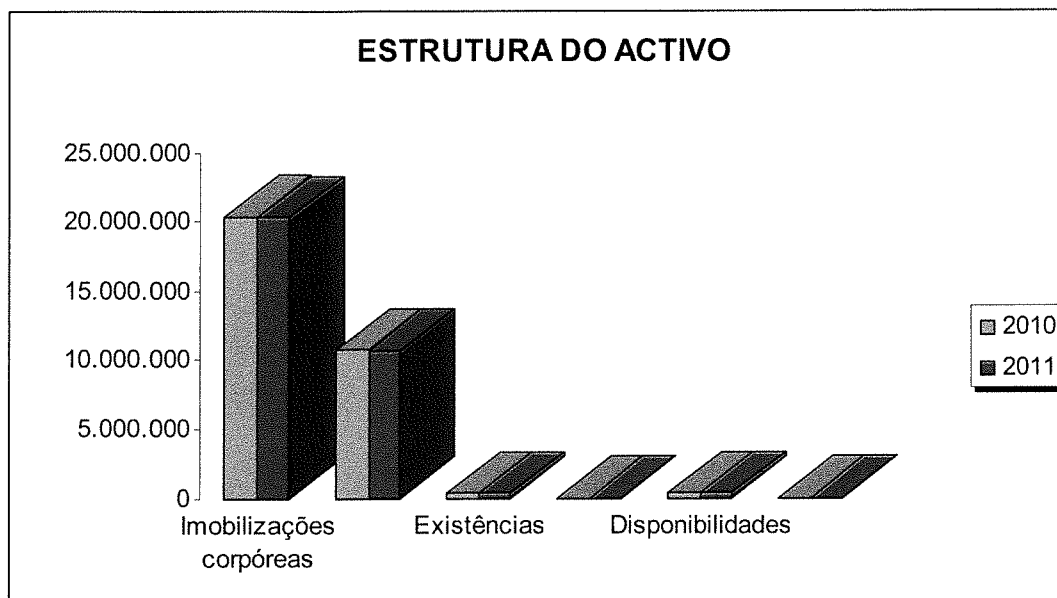
5.1.1 - ATIVO

O total dos bens de direito do Município atingiu, no final de 2012, o valor de € **11.000.207 (Onze milhões duzentos e sete euros)**, registando-se, durante 2013, um decréscimo de € **255.718 (Duzentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e dezoito euros)** face ao ano anterior.

ESTRUTURA DO ACTIVO	2012	2013	VARIAÇÃO
			-
Imobilizações corpóreas	20.413.990	20.331.185	82.805
Bens de domínio público	11.000.207	11.255.925	255.718
Existências	188.689	187.100	-1.589
Dívidas a receber	0,00	0,00	0,00
Disponibilidades	676.561	1.055.710	379.149
Custos Diferidos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	32.279.456	32.829.920	550.464



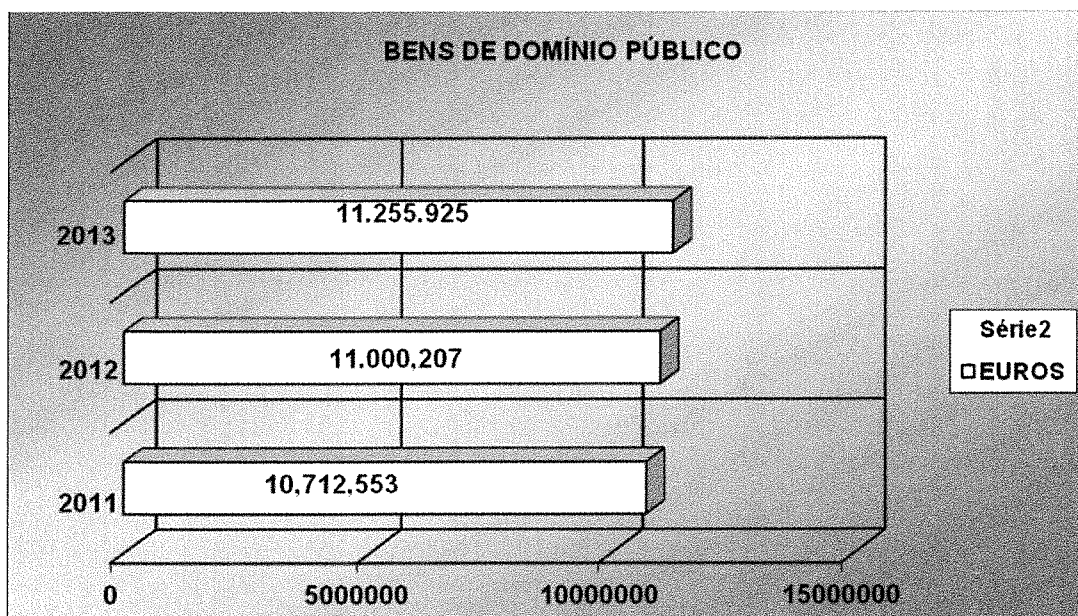
Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.



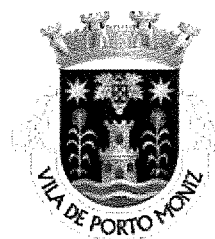
Apesar do ano de 2013 ter sido de contenção, em matéria de despesa, verificou-se algum acréscimo na estrutura geral do ativo, apenas nas rúbricas de disponibilidade e bens de domínio público é que se verificou um acréscimo face ao ano transato, mesmo com a realização já efetuada das amortizações anuais nestes bens.



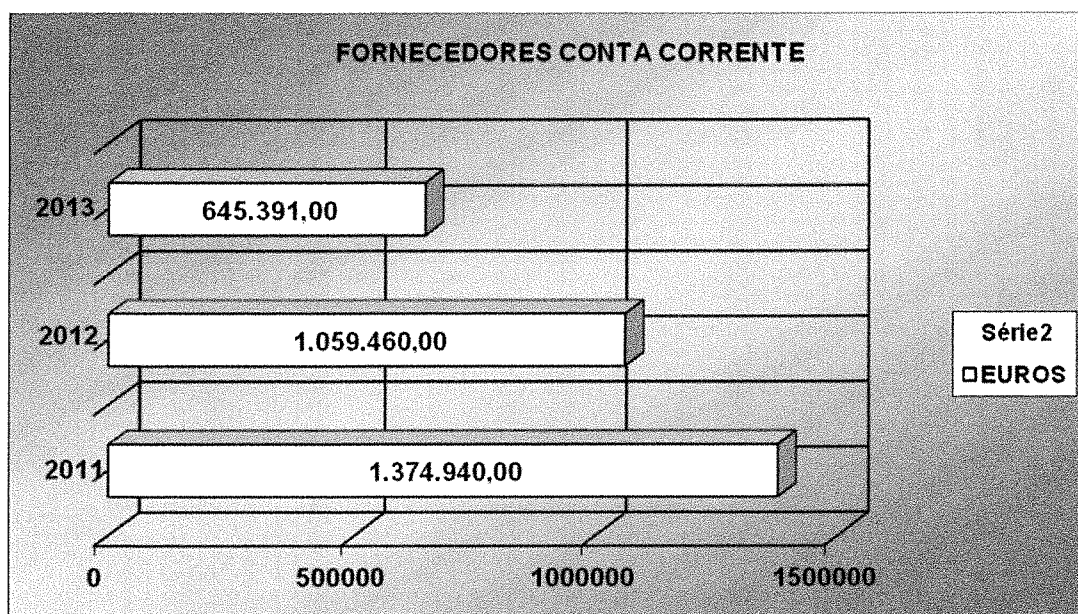
5.1.2 - IMOBILIZADO, BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO



Através dos dados do Balanço, constata-se, no exercício de 2013, que obtivemos um aumento de € 255.000 (Duzentos e cinquenta e cinco mil euros) no valor dos bens de Domínio Público, passando a registar em termos líquidos o valor de € 11.255.925 (Onze milhões duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco euros). Podemos então concluir que, relativamente ao ano de 2012, tivemos um acréscimo nos Bens de Domínio Público deste Concelho o que evidencia uma boa performance para o ativo bruto deste município.



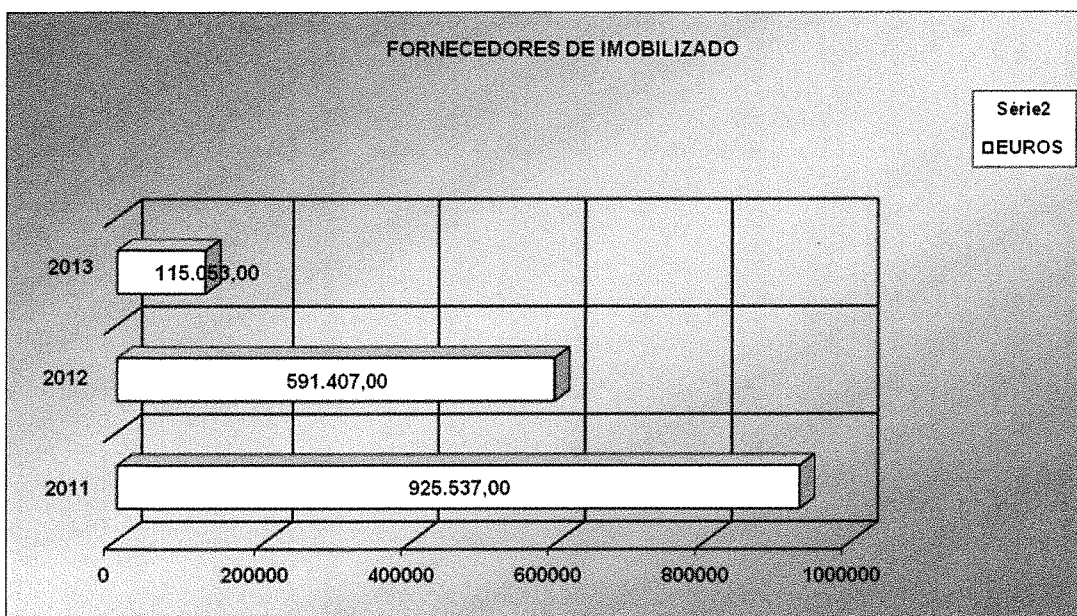
5.1.3 - FORNECEDORES CONTA CORRENTE



Em relação à dívida a Fornecedores de Conta Corrente, registou-se uma diminuição nesta rúbrica, comparativamente ao ano de 2012, no montante de 414.069€ (Quatrocentos e catorze mil e sessenta e nove euros). Esta diminuição deveu-se, exclusivamente, à estratégia seguida pelo executivo, no sentido de privilegiar os pagamentos aos fornecedores de imobilizado, como forma de estancar o aumento da dívida global, face aos juros cobrados por parte das empresas de construção civil.



5.1.5 - FORNECEDORES DE IMOBILIZADO

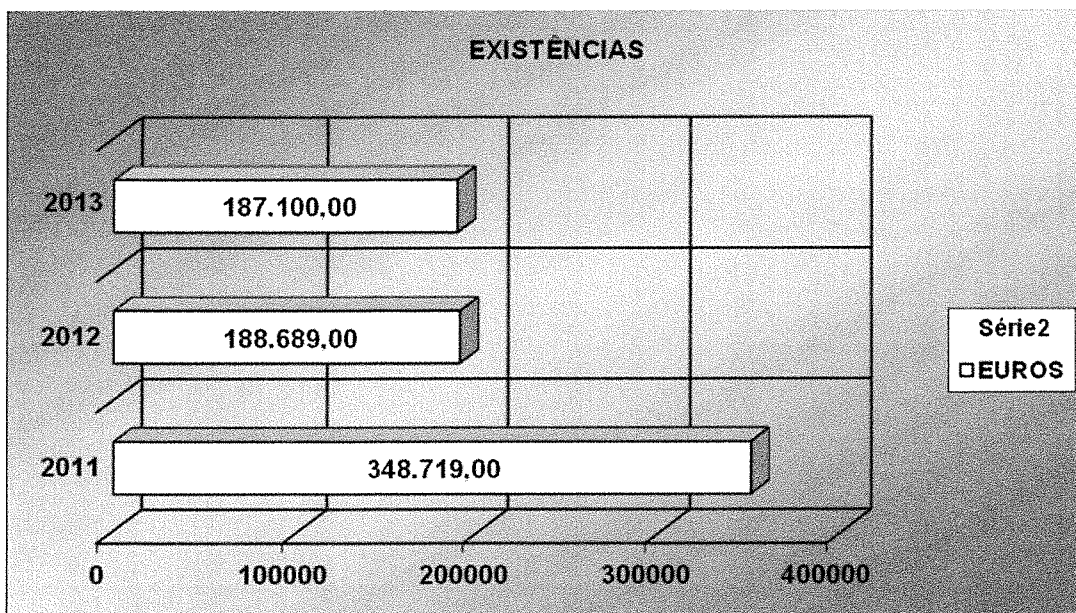


Relativamente à dívida aos Fornecedores de Imobilizado, em 2011, esta apresentava um valor de €925.537 (novecentos e vinte e cinco mil quinhentos e trinta e sete euros) e em 2013 apenas € 115.053 (Cento e quinze mil e cinquenta e três euros). Esta diminuição resulta do esforço realizado no sentido de pagar os compromissos assumidos com os fornecedores de obras já executadas, mas ainda não pagas. Esta diminuição deveu-se, por um lado, ao facto do Governo Regional ter transferido os montantes protocolados através de Contratos Programa, mas sobretudo em resultado da contenção da despesa efetuadas pela autarquia, que lhe permitiram saldar uma parte significativa das dívidas existentes.



Handwritten signatures and initials.

5.1.5 - EXISTÊNCIAS



Relativamente às existências em armazém, estas tiveram em 2013 uma diminuição comparativamente ao ano de 2012 no valor de € 1.589 (mil quinhentos e oitenta e nove euros), decorrente de uma melhor verificação nas contagens em armazém, com a melhor coerência dos dados obtidos através da introdução do novo software, que permitiu melhorar em tempo real as verificações das existências. É de registar, ainda, a preocupação de implementar uma melhor estratégia de aprovisionamento, tendo por base os consumos observados no ano anterior.



Capítulo III

1 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Autarquia ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO

Endereço

Município de Porto Moniz

Praça do Lyra 9270-053

Organismo da Administração Pública com

Número de Identificação Fiscal 511 239 068



[Handwritten signatures and initials]

Regime Financeiro

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 3º deste diploma legal, a Câmara Municipal de Porto Moniz possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. Os princípios e regras orçamentais são estabelecidos no artigo 4º do mesmo preceito legal e os poderes tributários no artigo 11º. Quanto ao equilíbrio financeiro horizontal e vertical, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais é obtida mediante uma afectação financeira a estas, como prevê o artigo 7º da presente lei. De acordo com o artigo 53º, quando forem conferidas novas atribuições às autarquias locais, o Orçamento de Estado deve prever a afectação de recursos financeiros adicionais, de acordo com os encargos resultantes das novas atribuições.

No que respeita à contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respectivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da actividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias locais, de aplicação obrigatória a todas as autarquias locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Quando as autarquias locais possuam dívidas definidas por sentença judicial transitada em julgado ou por elas não contestadas junto dos credores, no prazo máximo de 60 dias, pode ser deduzida uma parcela às transferências resultantes da presente lei, até ao limite de 20% do respectivo montante global, como prevê o artigo 34º da mesma lei.

Relativamente à apreciação e julgamento das contas, deverão as mesmas ser apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de Abril



do ano seguinte àquele a que respeitam. Posteriormente, o órgão executivo terá de remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo Contas.

Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea c), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-/2002, de 11 de Janeiro, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal.

1.1.2 LEGISLAÇÃO

Ver pontos anteriores e seguinte.

1.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O município não possui serviços municipalizados e participa atualmente na empresa municipal Aquário da Madeira.

Anexo Organigrama

1.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Prossecução de interesses próprios da população de Porto Moniz em conformidade com a legislação em vigor



[Handwritten signatures and marks]

1.1.5 RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal

1.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O município utiliza a aplicação informática POCAL-MEDIDATA.

1.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Expresso em Euros)

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). As notas que não estão incluídas neste anexo, não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

1.2.1 DERROGAÇÕES A PRINCIPIOS CONTABILISTICOS

À data ainda não se procedeu ao global levantamento total do património do Município tendo registado as aquisições desde o ano de 2002.

A contabilidade de custos e o sistema de inventário ainda se encontram em fase de implementação.

1.2.2 CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios



contabilísticos fundamentais da entidade contabilística, prudência, consistência, da não compensação e de especialização dos exercícios e materialidade.

- ✓ As disponibilidades são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- ✓ As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O sistema de custeio utilizado na valorização das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.
- ✓ As dívidas de e a terceiros são registadas pelo valor dos documentos que as titulam.
- ✓ Os critérios de valorização do imobilizado são os consagrados no capítulo 4 – Critérios de Valorimetria, nomeadamente 4.1 – Imobilizações, do POCAL.
- ✓ O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição ou produção durante a fase de construção, não existe incorporação do custo com empréstimo e a sua transferência para imobilizado concluído depende da existência do auto de receção provisório;
- ✓ O critério de valorização dos investimentos financeiros, nomeadamente partes de capital e investimento em imóveis são valorizados ao custo de aquisição líquido de provisões e amortizações;
- ✓ O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas e disposições referidas no CIBE, Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril (2ª Série).
- ✓ Foi tido em conta o critério da materialidade constante no artigo 34º do CIBE, sendo amortizados num só exercício os bens cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
- ✓ Nos acréscimos e diferimentos, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente, do seu recebimento ou pagamento, aplicando-se o



princípio da especialização dos exercícios. No caso dos proveitos diferidos relativos ao subsídio ao investimento o Município movimenta, periodicamente, para a conta 79.8 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do Imobilizado.

1.2.3 MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMOBILIZADO

Mapa anexo

1.2.4 DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO ATIVO IMOBILIZADO

Mapa anexo

1.2.5 ENTIDADES PARTICIPADAS

Tomando em linha de conta as contas Provisórias do Aquário da Madeira em referência a 31 de Dezembro de 2013 o valor da participação pelo método da Equivalência Patrimonial é o seguinte:

	% PARTICIP.	VALOR AO CUSTO	CAPITAL PRÓPRIO	VALOR PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	DIFERENÇA PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
Aquário Do Forte de São João Baptista	100%	2.559.754,42	2.143.395,71	2.143.395,71	416.358,71

O Município optou por efectuar uma provisão para desvalorização deste investimento financeiro no montante de 416.358,71 Euros com base nas demonstrações financeiras provisórias da empresa municipal.



[Handwritten signatures]

No que respeita à participação na Sociedade de Desenvolvimento do Norte, o município não dispõe de contas dessa entidade atualizadas, pelo que provisionou o total da sua participação (75.000 euros)

1.2.6 Dívidas Cobrança Duvidosa

O município atualmente não determina os montantes por cobrar de natureza duvidosa.

1.2.7 Contas de Ordem

Mapa em anexo

1.2.8 Provisões para Investimentos Financeiros

	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Aquário Do Forte de São João Baptista	611.461,47	0,00	195.102,76	416.358,71
Sociedade de Desenv. Do Norte	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
	686.461,47	0,00	195.102,76	491.358,71

OUTRAS PROVISÕES:

O município não regista provisões para riscos e encargos.

O município não regista provisões para cobranças duvidosas.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1.2.9 FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento no exercício foi o seguinte:

	31-12-2012	Aumentos	Reduções	Regularizações	31-12-2013
Fundos Próprios	5.186.382,51				5.186.382,51
Reservas Legais	229.411,06	75.296,13			304.707,19
Resultados Transitados	7.532.311,95	1.430.625,80		-2.146,46	8.960.791,29
Resultado Líquido Exercício	1.505.921,93	102.628,54	-1.505.921,93		102.628,54
	14.454.027,45	1.608.550,47	-1.505.921,93	-2.146,46	14.554.509,53

O movimento ocorrido no exercício em Resultados Transitados resulta essencialmente da transferência do Resultado do ano.

1.2.10 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Mapa em anexo.



[Handwritten signature]

1.2.11 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Detalhe como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>CUSTOS E PERDAS</u>		
JUROS SUPOSTADOS	30.998,64	112.175,43
PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS	153.793,89	0,00
ACERTO PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	179.685,16	86.060,78
	364.477,69	198.236,21
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>		
JUROS OBTIDOS	787,78	589,13
RENDIMENTOS DE IMOVEIS	40.576,80	21.598,64
RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	6.944,63	0,00
	48.309,21	22.187,77
Resultados Financeiros	316.168,48	176.048,44



1.2.12 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Detalhe como segue:

	31-12-2012	31-12-2013
<u>CUSTOS E PERDAS</u>		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL CONCEDIDA	0,00	5.717,75
PERDAS EM EXISTENCIAS	0,00	846,14
CORRECCOES RELATIVAS A EXERC. ANTERIORES	1.639,26	3,50
OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	2.291,20	47,65
	3.930,46	6.615,04
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>		
GANHOS EM EXISTENCIAS	2.253,02	1.658,40
REDUÇÃO DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES		195.102,76
CORRECCOES RELATIVAS A EXERC. ANTERIORES	10.948,19	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	86.745,72	129.741,66
OUTROS	-	-
	99.946,93	326.502,82
Resultados Extraordinários	96.016,47	319.887,78



Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Resultados Líquidos

Os Resultados Líquidos referentes ao Ano apresentam-se como positivos no montante de € 102.628,54.



(Handwritten signatures and initials)

1.3 OUTRAS NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1.3.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

Detalhe como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>CUSTOS E PERDAS</u>		
CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MAT. CONSUMIDAS	69.762,92	121.979,70
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	832.955,96	914.760,25
TRANSFERENCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES E PRESTAÇÕES SOCIAIS	297.007,21	1.847.857,41
CUSTOS COM O PESSOAL	1.176.338,83	1.164.688,46
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	333.129,63	329.459,95
	2.709.194,55	4.378.745,77
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>		
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	424.508,84	393.438,25
IMPOSTOS E TAXAS	211.102,44	274.792,55
TRANSFERENCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	3.799.657,23	3.669.304,17
	4.435.268,51	4.337.534,97
Resultados Operacionais	1.726.073,96	-41.210,80



[Handwritten signatures and initials]

1.3.2 EFEITOS SUBSEQUENTES

Em 2013 por decisão da Assembleia Municipal foi dissolvida a empresa municipal Aquário da Madeira, pelo que os passivos e ativos desta empresa serão integrados na Câmara Municipal.

1.3.3 OUTROS

O município cumpriu com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, tendo para o efeito apurado e reportado os respetivos fundos disponíveis. Refira-se ainda que os mesmos são positivos em 2013.

1.3.4 PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2013 no valor positivo de Euros 102.628,54, aplicado da seguinte forma:

Reservas legais 5.131,43

Património 97.497,11

Atendendo que em anos anteriores não existiu reforço do património em função do resultado líquido, propõe-se ainda que seja transferido o saldo da rubrica de resultados transitados até o património atingir 20% do valor do ativo líquido.